

O *boom* da educação a distância de nível superior no Brasil: uma crítica da crítica

Alexandre Marinho Pimenta¹

Esse artigo tem o seguinte objetivo: gerar um panorama do que chamo aqui de “boom” da educação a distância (EaD) de nível superior no Brasil e, com isso, poder oferecer algumas indicações críticas do fenômeno. Em primeiro lugar, essa pretensão é justificada pelo crescimento exponencial das matrículas de graduação à distância no último período e a presença cada vez mais significativa de NTICs (Novas Tecnologias da Informação e Comunicação) e espaços educacionais virtuais inaugurando assim um novo momento da educação superior no país – que não apresenta sinais de desaparecimento em curto prazo. Em segundo, por uma percepção pessoal de que essa modalidade educacional ou é vista sob a lente ideológica do ramo empresarial da educação a distância e seus think tanks, como a Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED, ou por uma crítica que expressa uma visão um tanto nostálgica/romântica da universidade presencial. Pretendo, ao fim, mostrar as limitações desses discursos e propostas políticas.

Uma visão macro da expansão e diversificação da educação superior no mundo

Desde a segunda metade do século XX, presencia-se uma expansão e diversificação do sistema educacional em nível global. Para se ter uma noção, em 2005, no mundo, quase 140 milhões de pessoas estavam matriculadas na educação superior, cerca de 45 milhões a mais que em 1999 (UNESCO, 2014, p. 65). Há que se explica esse fato?

A ampliação e prolongamento do sistema educacional formal, onde se inclui o nível superior, é uma característica fundamental nas sociedades modernas e capitalistas. Para Althusser (1985, p. 77), por exemplo, há uma tendência geral de o aparelho da Igreja ser substituído em sua função ideológica-socializadora pela Escola. A esse sistema também seria legado a responsabilidade de transmitir também o saber técnico

¹ Mestrando em Sociologia na Universidade de Brasília.

para a execução e desenvolvimento profissional. Em Habermas (1987, p. 208) encontramos:

[...] la racionalización del mundo de la vida no solamente comprende los ámbitos de la reproducción cultural y de la integración social; entre los clásicos que hemos tratado es Durkheim quien se ocupa de los desarrollos paralelos en el ámbito de la socialización. A partir del siglo XVIII se inicia una pedagogización de los procesos de educación, la cual hace posible un sistema educativo exonerado de mandatos imperativos de iglesia y la familia. La educación formal alcanza hoy hasta las primeras etapas de la socialización.

E por trás desse formato institucional havia, obviamente, a figura central do Estado-nação e seu espectro jurídico liberal-democrático em vias de desenvolvimento:

Es sobre todo a través de la Escuela como, con la generalización de la educación elemental en el curso del siglo XIX, se ejerce la acción unificadora del Estado en materia de cultura, elemento fundamental de la construcción del Estado-nación. La creación de la sociedad nacional va de la mano de la afirmación de la educabilidad universal; al ser todos los individuos iguales ante la ley, el Estado tiene el deber de hacerlos ciudadanos, dotados de medios culturales para ejercer activamente sus derechos cívicos. (BOURDIEU, 1993, versão online).

É facilmente perceptível que em nossa época o aprofundamento dessa necessidade sistêmica. Vários motivos poderiam ser elencados, mas dentre eles destacamos: a pressão social, provinda, sobretudo, das classes médias e populares, por acesso ao aparato educacional nos seus variados níveis; a construção de uma “indústria” cultural-educacional cuja atividade lucrativa depende da venda de “serviços e produtos educacionais”, como define a OMC; a relevância econômica da educação, dada a possibilidade de ganhos de produtividade e inovação com a escolaridade da mão de obra. Tanto é assim que a educação se tornou hoje uma “unanimidade”, ao menos na chamada opinião pública, e alcançou o nível de direito humano fundamental, essencial para o “desenvolvimento”.

O impulso quantitativo na educação superior se alia a uma mudança qualitativa que acompanha as alterações-chaves do capitalismo contemporâneo. Em primeiro lugar, o papel e relevância dos organismos e das agendas transnacionais. Segundo, o fluxo (desigual) de acadêmicos e informações a nível global. Terceiro, perda de autonomia frente ao Estado e o mercado, incluindo ampliação da privatização em suas diversas formas. Quarto, alterações curriculares e didáticas, dentre elas incluindo-se a EaD

baseada nas NTICS. Quinto, construção de diferenciações funcionais num mesmo sistema (sistema de elite – sistema de massa). Tais mudanças geram tensões largamente debatidas pela literatura especializada, com destaque a questão de uma maior democratização do sistema ou a preservação de privilégios e posições sociais tão perceptíveis na época claramente elitista e excludente do mesmo.

A mudança na modalidade educacional nos é cara aqui, mas isso não significa que esses elementos não se mesclam e existam numa unidade. Mesmo com óbvios limites (que o discurso ideológico tenta esconder), como a exclusão digital, sobretudo dos países e populações mais pobres, é obvio que a EaD e as NTICs apresentam grandes potencialidades e tem se intensificado no cotidiano acadêmico (no Brasil, permite-se, por lei, atividades a distância em até 20% da carga horária de disciplinas presenciais).

Especificamente na América Latina, sobre a EaD, diz Vitale (2010, p. 40-1):

Su desarrollo se produjo desde los años 50 y ha estado asociado a la formación docente, a programas de alfabetización para adultos y a la educación intercultural bilingüe para indígenas. Los maestros en ejercicio, la población adulta analfabeta y la población indígena fueron los primeros receptores de esta modalidad educativa en el continente [...] Así, la educación a distancia nace en el continente asociada a espacios informales de enseñanza, destinada a públicos específicos y dispersos, a través de modalidades organizacionales, en general no permanentes, bajo la supervisión de los Ministerios de Educación, y siempre pensadas como aprendizajes remediales de compensación para permitir alcanzar los conocimientos que el sector formal no había logrado transmitir a estas personas.

Veremos a seguir como a EaD no Brasil guarda ainda muitas dessas características apontadas por Vitale, além de se inserir num contexto de traços semelhantes de expansão e diversificação presentes a nível global.

O quadro nacional da educação superior e o boom da EaD

Vejamos a evolução de matrículas de educação superior de graduação no Brasil, de 1962 a 2012:

Ano	Matrículas	Crescimento absoluto e relativo
1962	107.509	-
1972	688.382	580.873 ou 540%

1982	1.407.987	719.605 ou 205%
1992	1.535.788	127.801 ou 9%
2002	3.479.913	1.944.125 ou 126%
2012	7.037.688	3.557.775 ou 102%*

Fonte: Dados INEP/MEC. Elaborada pelo autor.

Nota: *Presencial e EaD.

Durante a ditadura militar, sobretudo na década de 1960, tivemos a primeira grande explosão de matrículas. De um sistema fortemente elitista, aos poucos nos encaminhamos para um sistema de massa. A paralisia dos anos 1980 é sucedida por duas décadas de crescimento constante e significativo, incluindo com menor crescimento demográfico, onde a EaD surge e rapidamente ocupa um espaço considerável como veremos.

Um parêntese: vários indícios apontam que teremos uma queda na velocidade expansionista, o que requereria maior discussão, impossível de se realizar aqui. Citemos apenas a brutal redução de verbas em carros chefes do governo para o nível educacional, queda de consumo das famílias, aumento dos juros etc.

No entanto, esse crescimento constante nem de longe alcança as taxas dos países do centro, assim como apresenta desempenho abaixo de países vizinhos mais pobres ou mesmo em relação às metas estatais quase sempre prorrogadas. A desigualdade no tocante cor-raça, classe social e região é outro elemento permanente em nosso sistema, apesar de consideráveis mudanças no último período, como vemos no gráfico construído por Luiz Cláudio Costa² a seguir - tomando dados gerais, sem adentrar nas especificidades de cursos, carreiras e instituições de elite (estratificação horizontal).

² http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12082&Itemid=

Percentual de Pessoas de 18 a 24 anos que Frequentam ou já Concluíram o Ensino Superior de Graduação - 1997-2011

Universo	Ano		
	1997	2004	2011
Brasil	7,1	12,1	17,6
Norte	3,6	6,3	11,9
Nordeste	3,4	6,4	11,9
Sudeste	9,3	15,4	20,1
Sul	9,1	17,3	22,1
Centro-Oeste	7,3	14,0	23,9
Renda Domiciliar Per Capita			
20% de menor renda	0,5	0,6	4,2
20% de maior renda	22,9	41,6	47,1
Gênero			
Feminino	7,9	13,9	20,5
Masculino	6,2	10,3	14,6
Cor			
Brancos	11,4	18,7	25,6
Pretos	1,8	5,0	8,8
Pardos	2,2	5,6	11,0

Fonte: PNAD/BGE

Notas: Exclusiva a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP em 1997.

Os principais polos de privilégio e exclusão (branco-negros; ricos-pobres; norte-sul) diminuiram sua disparidade relativa, mas continua-se verificando uma clara clivagem social no sistema. Ou seja, os polos privilegiados da população continuam sendo a maioria absoluta do mesmo.

A expansão brasileira ocorreu principalmente através do setor privado (em grande parte empresarial-lucrativo), o que faz a educação superior daqui uma das mais privatizadas do mundo. Segundo o INEP, em 2013 as matrículas de graduação no setor privado estavam em torno de 75% do total. De uma forma geral, o setor público abrigou e abriga o grosso da pesquisa, enquanto o privado é de caráter mais profissionalizante e formação mais ligeira.

A consolidação do setor privado no nosso sistema vem de longa data, conhecidamente pela ditadura, mas também através de programas governamentais e estatais dos últimos governos federais tucanos e petistas de fomento desse setor. Da mesma forma, é respaldada legalmente, sobretudo através da última LDB.

Em relação à EaD, vejamos o avanço de suas matrículas desde 2003, observando a rápida hegemonização do privado e a atual paralisação do público:

Ano	Público	Privado	Total
2003	39.804	10.107	49.911
2004	35.989	23.622	59.611
2005	54.515	60.127	114.642
2006	42.061	165.145	207.206
2007	94.209	275.557	369.766
2008	278.988	448.973	727.961
2009	172.696	665.429	838.125
2010	181.602	748.577	930.179
2011	177.924	815.003	992.927
2012	181.624	932.226	1.113.850
2013	154.553	999.019	1.153.572

Fonte: INEP/MEC (2013), elaborada pelo autor.

Não é preciso comentar o quão exponencial se deu esse crescimento, principalmente privado. Em uma década, saímos de dezenas de milhares de matrículas para a casa dos milhões. Isso torna a EaD uma das principais responsáveis da última explosão de matrículas desse nível no Brasil, saindo de insignificantes porcentagens para em média 1/7 das matrículas - no tocante vagas, muito além disso.

As causas desse fenômeno são múltiplas, valendo destacar a popularização das NTICs e do espaço virtual no país, assim como o desenvolvimento dos dispositivos legais e institucionais de regulamento e fomento da EaD nos anos 2000 e diante, acompanhando assim uma tendência internacional.

Segundo INEP (Censo 2013), são os cursos de licenciaturas os majoritários na modalidade³: 592 em 2013, contra 240 bacharelado e 426 tecnológico. Em comparação, o presencial possui o bacharelado como majoritário (17665), em segundo lugar licenciatura (7328) e depois tecnológico (5798). Ou seja, a EaD nacional é voltada em grande parte para a formação de professores, seja ela privada, seja pública - como é possível ver no principal programa público de EaD, a Universidade Aberta do Brasil que, dentre outros objetivos, visa diminuir a quantidade de professores leigos na educação básica do interior do país. Além disso, a formação de tecnólogos parece ser

³ Apesar de cursos como Administração, Serviço Social e Ciências Contábeis estarem entre os mais cursos com mais matrículas.

uma tendência forte, reforçando o caráter profissionalizante e aligeirado da modalidade, semelhante ao modelo do setor privado no país.

Diferentemente do que diz o discurso ideológico, o modelo de EaD atual possui graves barreiras e reproduz em vários níveis a seletividade regional já presente no presencial e com o uso contínuo de NTICs. Para Santos (2008, p. 26-27):

[...] se por um lado a EaD está atendendo ao aumento da demanda de cursos e vagas nas IES's [Instituições de Ensino Superior] brasileiras, por outro, a expansão, no que se refere a perspectiva da democratização pela descentralização nos aspectos regionais e no processo de interiorização, não está se efetivando, uma vez que a educação superior presencial se faz presente, em maior escala, nas regiões consideradas de melhor poder aquisitivo, quais sejam sul e sudeste, e a modalidade a distância segue a mesma tendência.

A crítica, a crítica da crítica e alguns questionamentos

Agora vamos para uma dimensão mais política. Importante avisar que não se realizou uma análise exaustiva dos argumentos e posições (e suas variações) dos movimentos sociais críticos à EaD, ou de seus defensores. Por isso o risco de simplificação é grande por minha parte. Todavia, penso que é o suficiente para iniciar uma polêmica e propor algumas propostas frente ao quadro descritivo-explicativo de cima.

Como já dito, o discurso em defesa da EaD ressalta seu potencial democrático quase ilimitado: chegar onde ninguém chega, ser flexível e possibilitar as amplas massas dos trabalhadores estudarem. Tal argumento já rapidamente rebatido por nós, nem precisa de tanta tinta, já que, por si só se denuncia como engodo. Por outro lado, já se começa a defender a EaD como marco sem volta para a educação superior no Brasil (inclusive usando de um sutil determinismo tecnológico), sendo qualquer ataque a ela, um ataque a um dos eixos do sistema e a seu futuro. O que, hoje não deixa de ser verdade, mas não sendo isso um argumento para blindar a modalidade de críticas e transformações. O fato é que vemos o setor privado apenas tentando garantir sua expansão mercantil, fortemente auxiliada pelos governos de "direita" e "esquerda".

No lado das críticas, estas normalmente circulam em seguintes teses: EaD não é educação, ou o é deficitariamente; EaD torna a educação uma mercadoria, uma espécie de fast food; EaD amplia o processo de precarização do trabalho docente (com mais

intensidade, maior divisão do trabalho etc). Tendo a concordar, de uma forma bem geral, com todas essas teses, mas na disputa política precisamos aguçar o diagnóstico e sair de níveis superficiais de análise, pois caso contrário, o prognóstico fica falho. E a meu ver, é o que ocorre com o movimento crítico.

A crítica atual à EaD provém e aponta para uma posição equivocada, a meu ver, por se basear numa espécie de nostalgia-romantismo com o "antigo" presencial que se expressa principalmente numa tecnofobia - ver a tecnologia como algo ruim, decadente, em si, para o processo educacional -; num conservadorismo educacional - pretensão de retorno à velha universidade (pública) e suas dinâmicas antes da parca massificação sofrida -; numa defesa de capital cultural dissimulada - utilização de sua posição no presencial como tática de distinção frente ao a distância.

Para mim, essa nostalgia-romantismo é extremamente danosa para a criação de forças políticas progressistas que visem à resistência e transformação das atuais dinâmicas danosas na educação superior, que, como vimos, continua conservadora em última instância (sem entrar no mérito da produção de conhecimento e currículo). Isso porque tende, através campanhas depreciativas em relação ao a distância, excluir os próprios e crescentes alunos da EaD, em sua maioria alunos mais pobres e trabalhadores, e torná-los mais suscetíveis às visões dos think tanks do setor privado como a ABED.

Um exemplo marcante desse fato foi uma audiência em 2011 na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado. Lá se viu um confronto entre uma representante do Conselho Federal de Serviço Social, contra a EaD na formação de assistentes sociais, e um representante da ABED, a favor. O conselho, responsável por uma campanha famosa de EaD como fast food, denunciou o engodo da EaD e suas pretensões democratizantes que geram apenas um exército industrial de reserva, assim como a forte presença do privado em busca de menores custos na modalidade. Por outro lado, ABED mostrou o crescimento exponencial da EaD no Brasil e as notas dos cursos a distâncias no ENADE que estão, em geral, acima do presencial - não entraremos na

problemática dessa avaliação. E eis que surge uma figura fundamental, cito reportagem do sítio do Senado⁴:

Um dos que conseguiram obter o primeiro diploma da família foi o presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância, Ricardo Horz. Filho de garçom e empregada doméstica, ele informou na audiência que muitos assistentes sociais formados em cursos a distância encontram dificuldade para tentar empregos em órgãos públicos, uma vez que - por pressão do CFSS ou dos conselhos estaduais de Serviço Social, segundo afirmou - as vagas são restritas aos que concluíram a sua formação em cursos presenciais.

O que me questiono é: quantos Ricardos o movimento crítico à EaD joga nos braços de thinks tanks do setor privado como a ABED com uma crítica mal feita, superficial, romântica frente ao presencial, e, pior de tudo, que visa afrontar aqueles que deveriam ser aliados de avanços progressistas na educação superior no Brasil? O quanto não conseguimos dialogar com esses Ricardos e nos diferenciar de mero preconceito elitista de pessoas que tiveram oportunidade de estar em instituições de elite do sistema? O quanto estamos excluindo ainda mais os alunos a distância das universidades públicas?

A posição e argumentos do Conselho Federal citado, muito comum nos segmentos críticos à EaD, me parece desastrosa, e não consigo entender a tal seletividade com o a distância, a não ser recorrendo à denúncia de nostalgia-romantismo com o presencial, que parece escapar dos determinantes da sociedade capitalista. Ora, o presencial, assim como o a distância, é alvo do setor privado lucrativo e sua precarização intensa, ambos funcionam na base da redução de custos. Também, o presencial, há incontáveis anos, vive de seu canto ilusório de democratização, estruturalmente barrado pelos formatos da sociedade capitalista.

Se quisermos uma verdadeira democratização nesse nível educacional, deveríamos compreender que as últimas expansões são ainda muito pouco para nosso quadro populacional: não faz sentido falar de massificação como algo ruim em si. O presencial forma como ninguém um exército de reserva: por isso vamos ser contra sua maior aberta? E quem não cai no exército de reserva, cai nas malhas da divisão do

⁴ <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/11/09/dificuldades-enfrentadas-por-alunos-de-educacao-a-distancia-da-area-de-servico-social-sao-discutidas-em-audiencia>.

trabalho, reproduzindo as relações de produção capitalista: por isso vai-se boicotar a educação superior?

Há uma confusão, a meu ver, em relação aos limites estruturais de um aparato superestrutural como a universidade e de como ir galgando posições progressistas nesse meio; uma confusão em relação aos formatos e sentidos da propaganda e trabalho com a base, e por isso o alvo, errônea, na EaD como o elemento profano em si. Em vez de enfrentar essas questões a sério, preferimos iniciar batalhas inglórias, mas ricas em autocelebração.

Penso que está na hora de sairmos de nossas posições comuns, refinarmos nossas críticas e propostas, pois, na batalha em torno da "crise da universidade" estamos perdendo, não só a luta, mas nossos aliados. Espero que esse texto tenha ajudado nesse sentido.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *Espíritus de Estado Génesis y estructura del campo burocrático*. 1993. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/bibliotecavirtual/746>.

HABERMAS, J. *Teoria de la accion comunicativa II*. Taurus humanidades, 1987.

SANTOS, Catarina de Almeida. *A expansão da educação superior rumo à expansão do capital: interfaces com a educação a distância*. 2008. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

UNESCO. *Ensinar e aprender: alcançar a qualidade para todos* Relatório Conciso - O Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos. 2014

VITALE, Cláudio Rama. *La tendencia a la despresencialización de la educación superior en América Latina*. Revista iberoamericana de educación a distancia, Vol. 13, n. 1, 2010. pp. 39-72.

Sítios eletrônicos e base de dados:

<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>

<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>

<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>